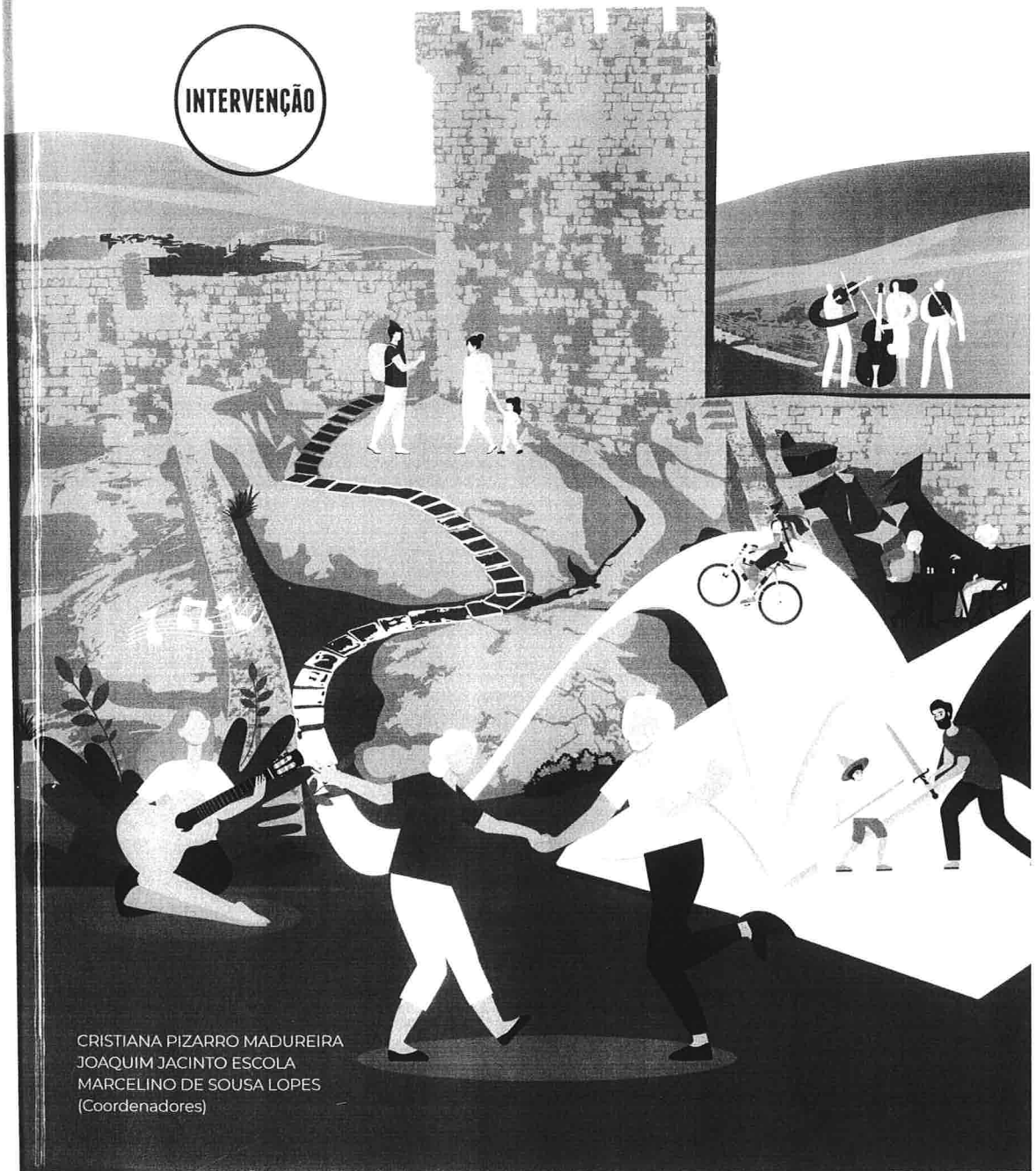


ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL, EDUCAÇÃO, CIDADANIA, PARTICIPAÇÃO, TURISMO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

INTERVENÇÃO



CRISTIANA PIZARRO MADUREIRA
JOAQUIM JACINTO ESCOLA
MARCELINO DE SOUSA LOPES
(Coordenadores)

Ficha Técnica

Título

Animação Sociocultural, Educação, Cidadania, Participação, Turismo
e Desenvolvimento Comunitário

Autores

Cristiana Pizarro Madureira, Joaquim Jacinto Escola, Marcelino de Sousa Lopes (Coordenadores)

Capa

Ricardo Alves

Tradução de Textos

Cristiana Madureira

Revisão de Textos

Alina Sousa Vaz / Fernanda Maria Barros da Cunha / Franclim Castro e Sousa

Apoio Gráfico

Fernando DC Ribeiro

Composição

Fernando DC Ribeiro

Impressão

Gráfica do Norte – Amarante

Local e data de Edição

Chaves, outubro de 2022

Editor

INTERVENÇÃO - Associação para a promoção e divulgação cultural / Chaves

ISBN

978-989-99835-9-5

Depósito Legal

505421/22

1ª Edição

outubro, 2022

Esta publicação não pode ser reproduzida nem transmitida, no todo ou em parte, por qualquer processo eletrónico, mecânico, fotocópia, gravação ou outras, sem prévia autorização escrita do editor

Índice

Prefácio
C

Introdução
C

Arbitragem

Capítulo

**Animação e
Intervenções**

Ar

Br

Má

da

Cri

J. B

Capítulo

Animação

Joac

Vict

Índice

Prefácio

Carlos Ascensão ----- 9

Introdução

Cristiana P. Madureira, Joaquim J. Escola e Marcelino S. Lopes ----- 11

Arbitragem Científica ----- 13

Capítulo I

Animação Sociocultural, Educação Comunitária, Desenvolvimento e Intervenção Comunitária

Artur Cristóvão - *Participação comunitária e desenvolvimento local* ----- 17

Bravo Nico & Lurdes Pratas Nico - *Educação comunitária e desenvolvimento local: um terroir educativo* ----- 25

Mário Viche Gonzalez - *Contextos da narrativa transmédia e qualidade da educação não-formal* ----- 33

Cristiana Pizarro Madureira - *Educação para o desenvolvimento sustentável: caminhos para uma educação comunitária (trans)formadora* ----- 41

J. Bernardino Lopes - *Valorização do património como um eixo para o desenvolvimento - O Caso de Justes* ----- 49

Capítulo II

Animação Sociocultural, Cidadania Ética e Participação Social

Joaquim Jacinto Escola - *Ética e educação na intervenção e desenvolvimento comunitário* ----- 67

Victor J. Ventosa Perez - *Competências participativas para o desenvolvimento comunitário e o empoderamento dos cidadãos através da animação sociocultural* -----

Ana Lopes e Carla Romeiro – <i>Animação sociocultural, participação social e desenvolvimento comunitário</i> -----	83
Rui Fonte - <i>Animação sociocultural, participação e comparticipação</i> -----	93
Alicia González Barreiro – <i>A intervenção das mulheres nas zonas rurais como agentes de desenvolvimento local</i> -----	101
Marcelino de Sousa Lopes – <i>O Teatro como necessidade humana: a teatralidade comunitária como fator de desenvolvimento, valorização, promoção, participação e protagonismo comunitário</i> -----	109

Capítulo III

Animação Turística como fator de valorização do património local, cultural e patrimonial

Albino Luís Nunes Viveiros – <i>Turismo, animação sociocultural e desenvolvimento local: a valorização dos ativos comunitários</i> -----	121
Nuno Abranja – <i>Animação turística e ações empreendedoras à volta do turismo acessível</i> -----	129
Ricardo Melo – <i>Gestão da sustentabilidade em desportos de natureza: uma proposta exploratória</i> : -----	137
José Dantas Lima Pereira e Fernanda Maria Barros da Cunha – <i>A animação teatral como meio de animação turística</i> -----	147
Manuel Francisco Vieites – <i>Son d'aldea: expressão teatral e consciência comunitária</i> -----	157

Capítulo IV

Animação Sociocultural e políticas locais de resposta ao despovoamento – Estratégias e metodologias de intervenção a partir de diferentes olhares temáticos e intergeracionais

Luís Dias Martins – <i>Dos não lugares, aos lugares virtuais e às cidades criativas</i> -----	167
Ricardo Dantas – <i>O interior português como catalisador da transição climática</i> -----	173
Luís Carvalho – <i>Animação musical e processo comunitário: a música como ferramenta de intervenção comunitária – dois exemplos práticos</i> -----	181
Luís Jorge Rodrigues Monteverde – <i>Uma estratégia de desenvolvimento local</i> -----	189

Capítulo V

Projetos e Experiências de Animação Sociocultural em Contextos de Desenvolvimento e Intervenção Comunitária

Daniela Afonso Mendes – <i>Animação sociocultural e comunitária de idosos ao domicílio</i> -----	199
Filipe Marques dos Santos – <i>Turismo e desenvolvimento comunitário – Projeto: Move Beiras</i> -----	207

Posfácio

Isabel Ferreira -----	221
------------------------------	-----

Curricula -----	225
------------------------	-----

Educação comunitária e desenvolvimento local: um *terroir* educativo

Bravo Nico & Lurdes Pratas Nico

*Escola de Ciências Sociais
Centro de Investigação e Psicologia
Universidade de Évora*

1 – Ponto de partida

Em cada região vitivinícola, desenvolve-se um conhecimento próprio das interações que ocorrem entre os fatores físicos e biológicos existentes e as práticas enológicas desenvolvidas e que proporcionam características distintas aos vinhos originários deste espaço. Esta singularidade determina o *terroir* específico desse território e explica o sabor único dos vinhos aí produzidos.

Assumindo uma, arriscada, analogia, poderemos estabelecer que a dinâmica humana diferenciada existente em cada território, promotora da singular equação de desenvolvimento local que nele ocorre – que promove e acolhe a participação e o contributo das pessoas e das instituições e determina o futuro dessa realidade humana, social e económica, num contexto em que interagem, de forma complexa fatores endógenos e exógenos –, é o resultado de um *terroir educativo* que nele existe.

Neste processo singular, o contributo da rede de instituições das comunidades locais é uma variável crítica e estruturante das dinâmicas de desenvolvimento local e um fator importante no desenho e concretização dos processos de aprendizagem individual e coletiva que lhes estão associados.

Esta rede territorial e comunitária de instituições – em particular as de natureza não escolar – presente em todas as dimensões da vida local, tem assumido um papel relevante nos percursos vitais de muitas pessoas, pelo contributo que lhes tem proporcionado na construção de conhecimentos e competências estruturantes nos respetivos projetos de vida pessoal e profissional e na transmissão da cultura e do património local.

Conhecer, valorizar e mobilizar o *terroir educativo* de cada território será um passo essencial das dinâmicas de desenvolvimento local participadas, inclusivas e sustentáveis, social, ambiental e economicamente.

2 – Território: o chão da vida

Os contextos territoriais são realidades muito diferenciadas, em consequência da resultante da interação das suas características naturais, humanas, sociais, económicas e culturais, em cada momento da sua história. A dinâmica territorial caracteriza-se pela permanente alteração das variáveis aí existentes, como consequência da evolução das condições endógenas que aí existem e dos fatores exógenos que aí atuam.

As características físicas e naturais de um determinado território são elementos importantes e condicionadores de muitas das dinâmicas humanas, económicas e sociais que aí ocorrem, se desenvolvem e manifestam. A geografia do arquipélago açoriano contrasta com

a que resulta das extensas planícies alentejanas; a orografia da serra de São Mamede proporciona um contexto de vida muito diferente do que ocorre na Lezíria do Tejo; as temperaturas amenas da orla marítima permitem rotinas vitais que são impossíveis com as temperaturas extremas que se verificam na margem esquerda do Guadiana; o microclima que envolve a Arrábida é muito diferente do que encontramos na costa vicentina. Neste contexto e como é evidente, as características físicas e naturais dos territórios assumem-se como variáveis estruturantes das dinâmicas humanas que neles ocorrem e determinam, em grande medida, a economia, a cultura e a vida social em cada local.

Em cada território, os recursos naturais disponíveis, o perfil de ordenamento territorial existente, o povoamento inscrito na paisagem e as consequentes infraestruturas básicas resultantes da ação humana condicionam fortemente as atividades económicas desenvolvidas, as manifestações culturais promovidas e as rotinas comunitárias e pessoais existentes.

O território é o chão efetivo da realidade humana, social, económica e cultural, assumindo-se como um fator limitador ou potenciador, de acordo com as suas características naturais e a interação que se estabelece com a atividade das pessoas, das instituições e das comunidades que, nele, existem.

Mais do que um redutor conceito administrativo ou uma simples ideia natural, cada território é uma complexa realidade que resulta da forma singular como interagem as dimensões naturais e humanas e, como desse diálogo, resultam as dinâmicas sociais, económicas e culturais que o caracterizam. Uma realidade única que resulta, também, do encontro entre o passado que chegou ao presente e o futuro que, neste, se vislumbra.

Cada território é, no contexto anteriormente descrito, o resultado de múltiplos encontros: do passado com o futuro; da natureza com a presença e ação humanas; das dinâmicas pessoais com as dinâmicas institucionais. É do resultado destes permanentes encontros que ocorre a construção contínua de uma realidade dinâmica e plástica que convoca cada pessoa a assumir a responsabilidade de participar, ativa e conscientemente, na definição da direção e do sentido do seu destino individual e coletivo.

No quadro conceptual anteriormente edificado, o território assume uma dupla formulação que poderá traduzir a complexidade que nele existe (Nico, 2017, p. 15):

- i) uma entidade física e social, não somente urbanística, na qual vêm a encontrar-se e às vezes a confrontar-se as contradições, conflitos, relações sociais, e ao mesmo tempo, nele actuam as instituições e a população (...) no território vive e trabalha a população, a gente, eles vivem entre estas contradições e relações, vivem aqueles problemas e podem também actuar para solucioná-los: a nível individual, de grupo, espontaneamente, de maneira organizada, como forças sociais, políticas, sindicais... (Marchioni, 1997, pp. 10-11, como citado em Lopes, 2006, p.73);
- ii) Espaço «apropriado, organizado e reconhecido» de um ponto de vista político, social, económico e ideológico por um grupo ou classe social (supostamente) em nome da população que nele habita e com ele se identifica (Amaro, 1990, p.40), implica falar de uma identidade de pertença territorial, uma solidariedade territorial e uma vontade de autonomia territorial e, também, da importância de articular diferentes perspectivas espaciais, tais

- como espaço económico, espaço social, espaço cultural, espaço histórico, espaço de comunicação, espaço político e administrativo, espaço jurídico, espaço ideológico e espaço geográfico (Barbieri, 2003, pp.49-50);
- iii) conjuntos estruturados, complexos, assentes em relações reticulares e em modos próprios de comunicação e sociabilidade (Reis, 1992, p.62), associando-se a um determinado local, os seus actores e as relações particulares que estabelecem com as características específicas do seu meio (Vasconcelos, Lacomblez & Santos, 1999, p.103).
 - iv) não há um verdadeiro território sem o projecto dos actores que o habitam. O território é determinado pela rede de actores que são capazes de trabalhar em conjunto num projecto local de desenvolvimento (Gontachorff, 1999, p.4, como citado em Barbieri, 2003, p.53).

Voltando à grosseira analogia com a área vitivinícola, arriscamos concluir que, **em cada território, existirá um *terroir natural e humano* único que determinará formas singulares de organização das comunidades aí existentes.**

3 – As comunidades e os territórios: as redes da vida

Em cada território, foram-se definindo diversas formas de inscrição das presenças e atividades humanas, através da instalação de comunidades que se estruturaram de forma diferenciada, quase sempre como resultado da interação singular que foram estabelecendo com as dimensões materiais com que foram confrontadas.

Cada comunidade é um complexo sistema de relações entre pessoas, famílias, atividades e instituições, que se constitui como uma rede dinâmica, na qual interagem os indivíduos, as suas necessidades, os seus interesses, as suas expectativas, as suas relações e os seus projetos vitais, numa equação única, em que cada variável depende de si própria e do resultado da sua interação com as demais. Sendo uma realidade sistémica e multivariada, cada comunidade oferece, a cada um dos seus membros, um contexto específico, no qual ocorre a sua vida, a sua participação e o seu desenvolvimento. Neste contexto, as comunidades humanas são “únicas, pois a dimensão geográfica e administrativa, a interação com base de interesses e necessidades e o tipo de organização caracterizam de forma específica cada comunidade” (Gómez, Freitas & Callejas, 2007, p. 129).

As comunidades são contextos vitais que permitem uma determinada existência pessoal, gerada no contexto das relações que as pessoas estabelecem com os seus semelhantes, mediadas pelas circunstâncias materiais e imateriais desse contexto (Nico, 2017, p. 30). Assim sendo, cada pessoa construirá uma coordenada específica no contexto global das relações pessoais e institucionais, sendo que essa posição determinará o perfil da sua presença na rede comunitária e as características da sua participação na mesma.

Em cada contexto territorial e comunitário, coexistem diversas redes nas quais se verifica a presença das pessoas e onde ocorre a sua participação social, nas mais diversas dimensões (profissional, social, cívica e política):

- i) **A rede familiar**, a mais essencial e básica, no âmbito da qual se concretizam os primeiros processos estruturados de integração e de desenvolvimento;

- ii) A **rede institucional** existente e consolidada, em cada território, que resulta das ações profissional, cívica e social das populações e que proporciona um dos mais ricos contextos de relação humana e de consequente aprendizagem e desenvolvimento. Uma rede institucional resultante das dinâmicas locais, em particular das respostas que foram e são construídas pelas populações para fazer face às respetivas necessidades e para promover os seus processos endógenos de desenvolvimento;
- iii) A **rede espacial**, menos estruturada, que decorre dos espaços referenciais existentes em cada contexto territorial e comunitário (por exemplo, os bairros urbanos ou os pequenos sítios dos contextos rurais) e onde ocorrem processos de interação relevantes para muitas dimensões vitais;
- iv) A **rede convivial**, pouco estruturada, que resulta dos contactos humanos mais ou menos circunstanciais, nos quais ocorre a socialização.

A singularidade das anteriores redes, em cada contexto territorial e comunitário, gera, consequentemente, um ambiente endógeno único, no qual ocorre o desenvolvimento humano e social e os processos educativos que estão na sua génese. É esta uma das bases mais essenciais da construção e do exercício de uma cidadania ativa e participativa, através da qual se edifica a capacidade de autodeterminação individual e coletiva. Neste quadro, compreende-se o papel educativo das comunidades e das redes em que estas se estruturam, uma vez que:

facilmente se infere a **relevância da comunidade na consideração, valorização e desenvolvimento das redes de partilha e na construção, coope-
rada e dúctil, dos processos educativos** que “suportam a exploração da multidimensionalidade das representações do conhecimento. Do reconhecimento deste potencial educativo das comunidades, nos seus espaços e tempos de vida, depende a forma como estas se apropriam do poder, se autorregulam, movem a sua influência nos processos e decisões que as afetam e constroem e exercem a capacidade de se autodeterminarem, no sentido de que se qualificam com os conhecimentos e as competências necessários para fazerem frente às necessidades e aos desafios com que são confrontadas. (Nico, 2017, p. 33)

Regressando à analogia com a área vitivinícola, voltamos a arriscar concluir que, em cada comunidade, existirá um *terroir social* único que proporcionará condições singulares para o desenvolvimento humano.

4 - A educação comunitária: o *terroir* do desenvolvimento local

O desenvolvimento local é sempre o resultado de um processo educativo que se constrói e se desenvolve em cada território e que é participado pelas pessoas e as instituições em que estas se organizam e participam. Neste contexto, ganha particular importância a rede de instituições que está disponível em cada território, uma vez que, como refere (Castro, 2007):

para a maioria das pessoas, ao longo da vida, a aprendizagem acontece sobretudo ao nível local, em torno da sua comunidade de inserção. É também ao nível local que as instituições estão melhor organizadas e mais fortemente implantadas, acumulando (quase sempre) vastas reservas de saberes, conhecimentos e experiência sobre as comunidades de que fazem parte; além disso, são, igualmente as autoridades locais (e regionais) as principais responsáveis pela criação de infraestruturas de acesso à educação e à formação. A mobilização dos recursos de proximidade (escolas e/ou centros de formação, estabelecimentos de ensino superior, por exemplo, Instituições de Solidariedade Social, organismos comunitários de diversa natureza) é indispensável pois à existência de contextos diversificados de aprendizagem (no sistema de educação/formação ou fora dele), acessíveis ao nível local, contribui para que as pessoas não se sintam constrangidas a abandonar o seu contexto habitual de vida para aceder a oportunidades educativas. (p.55)

No entanto, no universo institucional, encontramos duas categorias fundamentais:

- i) As **instituições de base não local**, que existem em muitos territórios e que asseguram a presença do estado e dos serviços públicos e a atividade económica supraterritorial;
- ii) As **instituições de base local**, que resultam da capacidade de organização das comunidades e que correspondem às dinâmicas locais geradas para dar respostas às necessidades e expectativas das populações. Estas instituições assentam em características que são estruturantes para a promoção do desenvolvimento local:
 - a. Identificam, mobilizam e valorizam os **recursos endógenos**;
 - b. Criam **oportunidades de participação cívica, social e política** para os membros das comunidades;
 - c. Proporcionam o reconhecimento, valorização e **transmissão da cultura e do património locais**;
 - d. Geram **oportunidades de trabalho cooperativo** e, frequentemente, **intergeracional**, dimensão fundamental para garantir um diálogo solidário entre o passado e o futuro;
 - e. Criam **fileiras de desenvolvimento** em torno dos recursos endógenos, convocando recursos exógenos.

É nesta segunda categoria de instituições – as de base local – que se encerra um dos mais valiosos instrumentos educativos das comunidades: as **didáticas locais**, autênticos e valiosos **repositórios de saberes e aprenderes locais, transmitidos de geração em geração, portadores dos elementos estruturantes e identitários da cultura e do património de cada comunidade e de cada território**. São as instituições de base local que transportam, pelos tempos e pelas gerações, estes saberes, as formas específicas de os aprender e os modos como os mesmos são transferidos para os quotidianos vitais. **Os saberes e as didáticas locais foram sendo apurados e sedimentados, ao longo da história dessas comunidades, e são, atualmente, disponibilizados às novas gerações, nas instituições de base local existentes.**

As escolas de música das bandas filarmónicas, os grupos de teatro amador, os agrupamentos de música tradicional, a prática dos desportos tradicionais, as práticas agrícolas ancestrais, o trabalho dos artesãos, as tradições das épocas festivas, a economia circular praticada por muitas famílias que produzem biologicamente grande parte seus alimentos, os ofícios específicos de algumas atividades profissionais, a gastronomia específica de cada sítio, a utilização das plantas medicinais, a produção animal de base doméstica, os rituais festivos, as práticas religiosas, o respeito pela natureza, a vizinhança próxima e solidária, entre muitos outros exemplos, são saberes específicos de cada território e comunidade que têm, associadas, didáticas específicas que permitem a sua transmissão. Muitos destes saberes e respetivas didáticas estão na base da rede institucional existente em cada território. **O conjunto de saberes existente em cada território e respetivas didáticas associadas constituem, atualmente, um dos mais importantes patrimónios humano e cultural.** Um património imaterial que encerra elementos fundamentais e estruturantes da identidade, da história e do património de cada território e das suas comunidades e ao qual a UNESCO tem dedicado a sua atenção, desde 2003, ano em que foi aprovada a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial na 32.^a Conferência Geral da UNESCO.

No entanto, este valioso património encontra-se, atualmente, ameaçado, devido ao facto de ser cada vez mais difícil assegurar a sua transmissão às novas gerações, mais escolarizadas e mais estruturadas pelas didáticas padronizadas das instituições de educação formal, através das quais constroem os seus processos de aprendizagem. Na realidade, com o crescente acesso das gerações mais novas, aos contextos de educação escolar formal, estas foram construindo percursos de educação nas instituições de base não local e foram-se desligando das instituições de base local. Com isso, ocorreu um crescente desligamento dos jovens dos saberes locais e, conseqüentemente, das suas didáticas específicas. Este facto está a criar, pela primeira vez, uma, séria e eventualmente irreversível, interrupção na transmissão geracional da cultura local, facto que impedirá as gerações futuras de receberem este fundamental legado e a singular herança dos seus antecessores. **O terroir educativo dos territórios está, pela primeira vez, em sério perigo de desaparecimento.** Neste contexto, torna-se fundamental, evitar a concretização desta ameaça.

Neste, complexo e crítico, encontro entre o passado e o presente, **a equação educacional de cada território deverá ser reponderada, no sentido de ser possível construir uma solução que considere todos os saberes, todas as didáticas e concilie o direito à educação com o direito à identidade.** Por outras palavras, é imperioso criar uma nova abordagem educativa territorial que não exclua qualquer educação, promova o diálogo entre os saberes científicos e os saberes tradicionais e promova a transmissão da identidade e da cultura de cada comunidade às suas gerações mais jovens, respeitando e valorizando a ação das gerações que nos antecederam e garantindo o direito, das gerações que nos sucederão, ao conhecimento que nos fez sermos como somos.

A educação comunitária poderá assumir, nesta equação educacional, um papel relevante. Ao promover o encontro entre todas as variáveis educativas em presença, em cada circunstância territorial, a educação comunitária assume-se como um

processo educativo e cultural, territorial, social e politicamente, situado, com dimensão holística, vital e intergeracional e concretizado em todos os contextos de educação, que – valorizando e gerindo, cooperada, participada

e solidariamente, os recursos endógenos da comunidade e considerando todos os seus saberes e didáticas – contribui para o exercício dos direitos e deveres de cidadania e promove o desenvolvimento. (Nico, 2017, p.47)

Neste quadro conceptual, **a educação comunitária poderá assumir-se como um compromisso possível entre todas as educações presentes em cada território e comunidade, gerando espaços e tempos de compromisso nos quais seja possível construir processos de aprendizagem inclusivos em que possam coexistir todos os saberes, todas as didáticas e todas as pessoas.**

O desenvolvimento local inclusivo, sustentável, promotor da identidade e fiel depositário da herança cultural assentará na capacidade endógena de cada comunidade desenhar, construir, concretizar e manter processos educativos singulares que proporcionem *encontros* entre todas as educações, todas as didáticas e todas as pessoas.

Conservar e enriquecer o *terroir educativo* de cada território e comunidade – enquanto reserva da diversidade humana e cultural – deverá ser a finalidade de qualquer abordagem ao desenvolvimento local, no pressuposto de que apenas dessa forma será possível assegurar a sobrevivência da nossa cultura, da nossa memória e do sonho que a transportará para o nosso futuro.

Agradecimentos:

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/04312/2020.

Referências Bibliográficas

- Castro, J. (2007). Aprender ao Longo da Vida: investimento, qualificação, cooperação e inovação. In P. Santos & B. Campos (Eds.), *Aprendizagem ao Longo da Vida no Debate Nacional sobre Educação* (pp. 51-60). Conselho Nacional de Educação.
- Gómez, J., Freitas, O., & Callejas, G. (2007). *Educação e Desenvolvimento Comunitário Local – perspectivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade*. Profedições.
- Nico, B. (2017). *Relatório da unidade curricular de Educação Comunitária* [documento integrante das Provas de Agregação em Ciências da Educação, Universidade de Évora]. Repositório Digital de Publicações Científicas da Universidade de Évora. <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/26852>.